

TCE-SP

**800 QUESTÕES GABARITADAS - TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Auditor de Controle
Externo – DIPE-
Conhecimentos Gerais**

**EDITAL Nº 001/2026 – TCESP, DE 3 DE JULHO DE
2026**



**CÓD: SL-185JL-26
7901183003501**

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico e Analítico.....	31
3. Ética Pública e Integridade.....	43
4. Legislação I.....	51
5. Contabilidade Aplicada ao Setor Público	65
6. Finanças públicas	79
7. Contabilidade Geral	91
8. Contabilidade Gerencial.....	115
9. Legislação II.....	131
10. Direito Administrativo.....	143
11. Direito Tributário.....	157
12. Direito Financeiro	171
13. Avaliação Econômica de Projetos e Ativos	183
14. Matemática Financeira	197
15. Auditoria Governamental	209
16. Administração Financeira e Orçamentária.....	221

ÍNDICE

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (VUNESP - 2023)

Contei por quase toda a minha vida uma história sobre o meu nascimento:^(a) eu tenho um leve afundamento craniano na nuca. Lembrava-me bem de uma vez minha mãe comentar que eu nasci a fórceps, o qual me causou essa pequena deformação. Logo criei toda uma teoria sobre ter vindo ao mundo puxado por uma ferramenta, como aquelas que ficam nos parques e shoppings **em que você tenta pegar um bicho de pelúcia com um gancho de ferro**,^(b) geralmente falhando repetidas vezes até assumir sua falta de habilidade.

Tive, ao longo da vida, diversas reflexões sobre isso.^(c)

Geralmente me via sendo colhido como um rabanete, em outros momentos pensava muito sobre como esse afundamento era o que eu tinha de mais íntimo, por ser minha primeira interação com o mundo: antes mesmo do látex das luvas da equipe médica me tocar, eu já ganhava uma marca para a vida toda, fruto desse contato inaugural. Raramente corto o cabelo muito baixo, porque o vale fica mais evidente, então, é muito provável que a maioria das pessoas que me conhece nunca tenha percebido.

Eu me apeguei a esse evento e o trazia junto de mim^(d) como uma história intrigante sobre vir ao mundo já dentro de um tipo de violência, como se minha vida toda fosse constantemente aquela sensação estranha de acordar subitamente. Num domingo qualquer, vindo de uma fase em que queria conhecer mais a minha história, puxei o assunto do meu nascimento com minha mãe e quis saber sobre o fórceps. Minha mãe, muito naturalmente, **me explicou que isso nunca aconteceu, que eu nasci em total tranquilidade**^(e) — tanto que meu pai resolveu parar e fumar um cigarro a mais antes de subir ao andar da maternidade e nesse meio-tempo eu já estava fora do ventre de minha mãe, enrolado numa mantinha. Quem teria nascido a fórceps era a minha irmã e provavelmente eu ouvi essa conversa algum dia da minha infância e minha cabeça a transformaria numa história em que eu era o protagonista. Mas o que eu quero falar é sobre a minha reação imediata diante da desfeita dessa crença particular: eu, surpreendido, quis negar, quis falar que eu tinha certeza de que foi do jeito

que eu contava para mim mesmo, ainda que fosse totalmente ilógico eu querer saber mais do que minha mãe sobre o assunto.

(Ricardo Terto. Quem é essa gente toda aqui? Todavia, 2021. Adaptado)

Assinale a alternativa em que o vocábulo destacado estabelece ideia de **meio** (ou **instrumento**).

- (A) Contei **por** quase toda a minha vida uma história sobre o meu nascimento.
- (B) ... em que você tenta pegar um bicho de pelúcia **com** um gancho de ferro...
- (C) Tive, ao longo da vida, diversas reflexões **sobre** isso.
- (D) Eu me apeguei **a** esse evento e o trazia junto de mim...
- (E) ... me explicou que isso nunca aconteceu, que eu nasci **em** total tranquilidade...

2. (VUNESP - 2023)

Para responder a questão, leia a fábula árabe “Um cachorro e um abutre”, cuja autoria é desconhecida.

Certa feita, um cachorro roubou um naco de carne de um abatedouro e correu em direção ao rio, em cujas águas viu o reflexo do naco de carne, bem maior do que o naco que carregava. Largou-o então, e um abutre desceu e agarrou a carne, enquanto o cachorro corria atrás do naco maior, mas nada encontrou. Retornou para pegar a carne que antes carregava, mas também não a encontrou. Pensou então: “A ilusão me fez perder o bom senso, e acabei sem aquilo que eu já tinha por ir atrás daquilo que eu não alcançaria.”

(Mamede Jarouche (org.). *Fábulas árabes: do período pré-islâmico ao século XVII*, 2021.)

No trecho “em cujas águas viu o reflexo do naco de carne”, o termo sublinhado pertence à mesma classe gramatical daquele sublinhado em

- (A) “mas também não a encontrou”.
- (B) “um cachorro roubou um naco de carne”.
- (C) “enquanto o cachorro corria atrás do naco maior”.
- (D) “Largou-o então”.
- (E) “Retornou para pegar a carne”.

3. (VUNESP - 2023)

Leia o texto para responder à questão.

De fato* e gravata

Exemplo desses hábitos ou manias [que contribuem com o seu pequeno quinhão para a futura miséria do planeta] é o de se usar fato e gravata, por vezes coleto mesmo, nos climas mais tórridos do mundo. Um calor de morrer, humidade no máximo, e lá andamos nós de pescoço apertado a escorrer suor, casacos mesmo que de verão, meias e sapatos apertados. Não aguentamos a temperatura, corremos a refugiar-nos nos gabinetes e salas refrescadas por aparelhos de ar-condicionado, ficamos ainda assim uma meia hora a arrefecer e sem pensar em mais nada senão nos nossos corpos pegajosos, até finalmente nos sentirmos mais confortáveis. Mas não abdicamos do fato e da gravata. Sem fato que seria do burocrata chefe de serviço? Nem parecia um chefe de serviço. E então, que dizer do responsável a nível mais elevado que aparecesse com uma simples camisa? Ninguém o respeitava, parecia um falhado.

Alguns países adotaram como traje oficial (ou pelo menos recomendado) roupas leves e largas, como é o caso de alguns da África Ocidental ou da América Latina. Para não falar já do célebre e elegante safari à Nyerere ou das camisas coloridas e sóbrias de Nelson Mandela. Eis homens que não fizeram concessões aos preconceitos ocidentais e se vestiram sempre de acordo com o clima, antecipando uma luta que hoje é de todos. Muitos africanos só usam fato e gravata para se parecerem com os europeus que os colonizaram. Nunca foram capazes de ultrapassar esse complexo de inferioridade e se sentem nus se não tiverem um casaco escuro, de preferência vindo de um estilista famoso de Londres ou Paris. Uma maneira de exibirem a importância que por vezes não têm.

(Pepetela. "De fato e gravata". Em: *Crônicas Maldispostas*, 2015.

Adaptado)

Fato: terno.

Em sua análise sobre o uso de terno (fato) e gravata, o narrador pondera que esse costume

(A) traz prejuízos ao meio ambiente, pelo uso exagerado de ar-condicionado, uma vez que as pessoas do continente o usam meia hora por dia.

(B) representa desconforto físico incontestável aos homens, sendo, todavia, necessário para as atividades profissionais reguladas pela formalidade de vestuário.

(C) caiu em desuso na África Ocidental e na América Latina, onde o clima mais ameno justificaria a manutenção desse vestuário cotidianamente.

(D) traduz a vontade da sociedade, que se vê cada mais independente de valores estrangeiros e, por isso, decidiu deflagar uma guerra cultural contra a Europa.

(E) vai de encontro às condições climáticas do continente, reportando a uma indesejável herança cultural que denuncia a influência do colonizador.

4. (VUNESP - 2021)

Assinale a alternativa correta quanto à concordância verbal e nominal estabelecida pela norma-padrão da língua portuguesa.

(A) Misturado pelos indígenas a pimenta, milho e frutas, o chocolate era utilizado cotidianamente como alimento, medicamento e afrodisíaco.

(B) No México pré-hispânico, já se consumiam chocolate, e existiam cerimônias religiosas em que essa bebida exercia papel relevante.

(C) Os grãos de cacau, que era tão valorizados, também serviam de moeda na hora da comercialização dos produtos.

(D) Essa bebida, cujo sabor oscilavam entre amargo e picante, virou moda entre os espanhóis conquistadores da América.

(E) O prazer de consumir taças de chocolate, combinados a outros fatores, espalhou-se por grandes centros como Paris e Veneza.

5. (VUNESP - 2021)

Bairros autossuficientes

Uma solução urbanística debatida há bastante tempo voltou a ganhar força com a pandemia da Covid-19: a criação de bairros mais autossuficientes, em que as pessoas não teriam de se deslocar diariamente por grandes distâncias até os grandes centros para trabalhar, estudar, comprar ou ir ao médico. Centros esses que acabam reunindo aglomerações por concentrarem os serviços.

A prefeita de Paris, Anne Hidalgo, **passou a defender essa proposta e vem chamando a atenção de vários gestores.** Dentro de sua plataforma, ela tem o plano de transformar a capital francesa em uma "Cidade de 15 minutos", em que qualquer parisiense poderia fazer suas atividades essenciais do cotidiano em uma rápida caminhada a pé ou de bicicleta.

Isso vale para escolas, locais de trabalho, opções de compra, esportes e lazer.

Em São Paulo, uma pesquisa mostrou que, com a pandemia, 46% dos paulistanos passaram a dar mais valor para o comércio e os serviços disponíveis nos bairros onde moram **e 30% agora prestam mais atenção aos**

RACIOCÍNIO LÓGICO E ANALÍTICO

1. (VUNESP - 2025)

Considere as proposições simples:

Todo estudante é perseverante.

Há vencedor que trabalha mais do que outros.

A partir dessas proposições simples, foi construída uma proposição composta por disjunção inclusiva que é a proposição da seguinte alternativa:

- (A) Há vencedor que trabalha mais do que outros e todo estudante é perseverante.
- (B) Todo estudante é perseverante ou há vencedor que trabalha mais do que outros.
- (C) Se há vencedor que trabalha mais do que outros, então todo estudante é perseverante.
- (D) Ou todo estudante é perseverante, ou há vencedor que trabalha mais do que outros.

2. (VUNESP - 2023)

Considere as afirmações e o respectivo valor lógico atribuído a cada uma.

- I. Rodnei é escrivão e Francisco é investigador. FALSIDADE.
 - II. Carmem é delegada ou Douglas é médico legista. VERDADE.
 - III. Se Marilena é perita criminal, então Letícia é fotógrafa. VERDADE.
 - IV. Se Elaine não é papiloscopista, então Douglas não é médico legista. VERDADE.
 - V. Marilena é perita criminal e Rodnei é escrivão. VERDADE.
 - VI. Carmem é delegada. FALSIDADE.
- A partir dessas informações, é uma verdade lógica:
- (A) Douglas não é médico legista e Marilena é perita criminal.
 - (B) se Carmen não é delegada, então Francisco é investigador.
 - (C) Elaine não é papiloscopista e Letícia é fotógrafa.
 - (D) Carmen é delegada ou Marilena não é perita criminal.
 - (E) se Letícia não é fotógrafa, então Ródnei não é escrivão.

3. (VUNESP - 2023)

Uma proposição lógica **P** é composta pela operação de uma proposição lógica simples **m** com ela mesma. Em símbolos, tem-se **P: m ? m**, em que o símbolo de interrogação é um operador lógico.

Sabendo-se que **P** é uma contradição, é **correto** afirmar que o operador **?** se refere a uma

- (A) bicondicional.
- (B) disjunção inclusiva.
- (C) disjunção exclusiva.
- (D) conjunção.
- (E) condicional.

4. (VUNESP - 2025)

Uma afirmação logicamente equivalente à afirmação:

‘Se o argumento é complexo ou falho, então o convencimento corre sérios riscos’, é

- (A) Se o convencimento corre sérios riscos, então o argumento não é complexo ou não é falho.
- (B) Se o convencimento não corre sérios riscos, então o argumento é complexo e não é falho.
- (C) Se o convencimento não corre sérios riscos, então o argumento não é complexo e não é falho.
- (D) Se o convencimento não corre sérios riscos, então o argumento não é complexo ou não é falho.
- (E) Se o convencimento não corre sérios riscos, então o argumento não é complexo e é falho.

5. (VUNESP - 2025)

Considere a seguinte afirmação:

Se a pessoa é trabalhadora e honesta, então a pessoa se sente realizada e olha para si mesma com admiração.

Uma afirmação que corresponde à negação lógica dessa afirmação é:

- (A) A pessoa não se sente realizada e não olha para si mesma com admiração e não é trabalhadora e não é honesta.
- (B) Se a pessoa não é trabalhadora e não é honesta, então a pessoa não se sente realizada e não olha para si mesma com admiração.

- (C) A pessoa é trabalhadora ou honesta e a pessoa não se sente realizada e não olha para si mesma com admiração.
 (D) A pessoa é trabalhadora e honesta e a pessoa não se sente realizada ou não olha para si mesma com admiração.
 (E) Se a pessoa se sente realizada e olha para si mesma com admiração, então a pessoa é trabalhadora e honesta.

6. (VUNESP - 2025)

Filomena é uma pessoa que procura cuidar da própria casa. A esse respeito, considere a seguinte proposição lógica:

Se a cozinha não está organizada, então Filomena estava doente ou ela ficou o dia todo fora.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma proposição logicamente equivalente à apresentada.

- (A) Se a cozinha está organizada, então Filomena não estava doente e ela não ficou o dia todo fora.
 (B) Se Filomena não estava doente ou não ficou o dia todo fora, então a cozinha está organizada.
 (C) Se Filomena estava doente ou ficou o dia todo fora, então a cozinha não está organizada.
 (D) Se a cozinha está organizada, então Filomena não estava doente ou ela não ficou o dia todo fora.
 (E) Se Filomena não estava doente e não ficou o dia todo fora, então a cozinha está organizada.

7. (VUNESP - 2024)

Considere as proposições A e B. Proposição A: O analista é capaz.

Proposição B: Se o analista é experiente, então o projeto segue com segurança.

Uma proposição composta por disjunção inclusiva, da negação lógica de A e da equivalente lógica de B, é:

- (A) O analista é capaz ou o analista não é experiente ou o projeto não segue com segurança.
 (B) O analista não é capaz ou se o projeto não segue com segurança, então o analista não é experiente.
 (C) O analista não é capaz ou se o analista não é experiente, então o projeto não segue com segurança.
 (D) Se o analista não é capaz ou o analista não é experiente, então o projeto não segue com segurança.
 (E) O analista não é capaz e se o projeto não segue com segurança, então o analista não é experiente.

8. (VUNESP - 2024)

Considere a proposição: A proteção não é suficiente ou o local está seguro. Uma proposição que seja equivalente lógica desta proposição é

- (A) A proteção é suficiente, e o local não está seguro.
 (B) Se a proteção é suficiente, então o local está seguro.
 (C) Se o local está seguro, então a proteção é suficiente.
 (D) A proteção é suficiente ou o local está seguro.

9. (VUNESP - 2023)

Uma proposição logicamente equivalente a “Se o dia está ensolarado e é fim de semana, então o parque está lotado”, é a seguinte proposição:

- (A) Ou o dia está ensolarado e é fim de semana, ou o parque está lotado.
 (B) O dia não está ensolarado e não é fim de semana e o parque está lotado.
 (C) O dia não está ensolarado ou não é fim de semana, ou o parque está lotado.
 (D) Se o parque está lotado, então o dia está ensolarado e é fim de semana.
 (E) Se o parque não está lotado, então o dia não está ensolarado e não é fim de semana.

10. (VUNESP - 2023)

Considere a seguinte afirmação: “Eu canto ou assovio.”

Uma negação lógica para a afirmação apresentada é:

- (A) Eu não canto ou não assovio.
 (B) Eu não assovio e não canto.
 (C) Eu canto e não assovio.
 (D) Eu assovio e não canto.
 (E) Eu canto e assovio.

11. (VUNESP - 2022)

Uma afirmação que corresponde à negação lógica da afirmação: “Troveja e chove muito, ou o dia está lindo”, é:

- (A) Não troveja e não chove muito, ou o dia não está lindo.
 (B) Não troveja ou chove muito, ou o dia está lindo.
 (C) Não troveja ou não chove muito, e o dia não está lindo.
 (D) Troveja ou chove muito, e o dia não está lindo.
 (E) Troveja ou não chove muito, e o dia está lindo.

ÉTICA PÚBLICA E INTEGRIDADE

1. (VUNESP - 2026)

Durante o atendimento, um segurado pede ao servidor que “facilite” a inclusão de um documento fora do prazo, “porque isso não vai prejudicar ninguém”. O servidor explica que não pode fazê-lo e orienta o procedimento correto.

A postura adotada reflete

- (A) o princípio da supremacia do interesse privado sobre o público.
- (B) a violação ao princípio da legalidade.
- (C) a conduta ética e o respeito às normas.
- (D) a flexibilidade administrativa prevista na discricionariedade.
- (E) o afastamento da moralidade, mas o cumprimento da eficiência.

2. (VUNESP - 2025)

Uma das principais questões que as sociedades modernas têm enfrentado é a concretização de uma formação cidadã que valorize e respeite a diversidade cultural dos países e povos e que não viole os direitos fundamentais dos seres humanos. A diversidade, como princípio para a formação de valores democráticos, pressupõe a superação de conflitos, discriminações e violências presentes na sociedade.

Essa é uma tensão que está posta para o conjunto das sociedades que buscam avançar na perspectiva do respeito às múltiplas culturas e na materialização

- (A) dos direitos humanos.
- (B) dos sonhos pessoais.
- (C) da soberania plena.
- (D) da primazia grupal.
- (E) da satisfação de necessidades.

3. (VUNESP - 2025)

Na ética aplicada ao mundo profissional, o valor ou a atitude que busca atender às necessidades de pessoas para que possam ter acesso às mesmas oportunidades que outras, levando em conta as circunstâncias que as diferem, é a

- (A) integridade.
- (B) igualdade.
- (C) isonomia.

- (D) equidade.
- (E) empatia.

4. (VUNESP - 2023)

No contexto institucional, uma decisão ética resulta de uma deliberação, de uma escolha consciente diante da pluralidade de elementos que envolvem determinada questão, com implicações para o profissional, para o usuário do serviço, para a instituição e para o conjunto da sociedade. Ações norteadas por princípios éticos e por uma competência que não se deixe burocratizar ou tecnificar, mas que reforce a direção social da profissão, requerem uma postura analítica da realidade e explicitação do

- (A) projeto de vida.
- (B) ideal a ser alcançado.
- (C) nível de ação.
- (D) objetivo profissional.
- (E) instrumental operativo.

5. (VUNESP - 2020)

Um dos objetos de estudo da ética e que tem um caráter normativo é

- (A) a percepção.
- (B) a moral.
- (C) a intuição.
- (D) o comportamento.
- (E) o costume.

6. (VUNESP - 2025)

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de viver com qualidade e bem-estar, de participar ativamente da vida em sociedade e do governo de seu povo. A tendência da maioria é pensar que o funcionamento da cidadania depende somente dos agentes políticos, ou seja, do governo.

A cidadania se refere também às relações entre os cidadãos, àqueles que pertencem a uma cidade, por meio dos procedimentos acordados entre eles e expressos

- (A) nas leis.
- (B) na mídia.
- (C) na produção.

- (D) nas redes.
- (E) na aprendizagem.

7. (VUNESP - 2025)

Um processo de formação cidadã deve priorizar as mudanças de valores, de atitudes, de posições, de comportamentos e de crenças em favor da prática da tolerância, da paz e do respeito ao ser humano.

Nessa perspectiva, é correto afirmar que não é uma cidadania formal, distanciada do contexto sociopolítico, cultural e ético que garante juridicamente os direitos, mas uma cidadania ativa, concretizada por meio

- (A) da subjetividade humana.
- (B) do compromisso pessoal.
- (C) da participação popular.
- (D) de expressões simbólicas.
- (E) de práticas sucessivas.

8. (VUNESP - 2026)

Entre os agentes públicos, condiz com uma conduta ética no exercício da função pública a prática

- (A) do peculato.
- (B) da concussão.
- (C) da prevaricação.
- (D) do decoreto.
- (E) do excesso de exação.

9. (VUNESP - 2026)

Karina, agente administrativa municipal, ingressou no serviço público, entre outros motivos, por ter vocação.

Ela sabe que diz respeito a uma atitude ética

- (A) dar o seu concurso à instituição que atente contra a moral.
- (B) deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências.
- (C) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular.
- (D) cumprir com as ordens superiores, podendo elas serem manifestamente legais ou ilegais.
- (E) usar o que estiver ao seu alcance para procrastinar o exercício regular de direito por quaisquer pessoas.

10. (VUNESP - 2026)

No atendimento ao público no serviço legislativo, condiz com uma postura profissional a seguinte expressão:

- (A) "Irei conduzir o(a) senhor(a) ao outro setor", demonstrando interesse.

- (B) "Amigo(a), o que você deseja?", denotando familiaridade.
- (C) "Além de não receber o que mereço, minha família também não me ajuda!", buscando empatia.
- (D) "Isso não diz respeito ao meu trabalho.", expressando uma postura firme e assertiva.
- (E) "Ela não chegou ainda, quer deixar um recadinho?", manifestando afeto.

11. (VUNESP - 2025)

A ética deve estar associada a padrões bem definidos de conduta e de conhecimento tanto dos servidores públicos quanto do cidadão comum que utiliza os serviços das escolas. No Brasil, tais padrões são definidos a partir de critérios apresentados pela Constituição Federal, na qual estão fixados os princípios que regem o serviço público. Conforme o documento *Profucionário* (Caderno 10), é o princípio constitucional da __que revela de maneira mais clara o caráter público do serviço público, fazendo com que, na administração pública, sejam evitadas condutas associadas a preferências, privilégios e/ou diferenças.

A lacuna é corretamente preenchida por:

- (A) equidade
- (B) legalidade
- (C) moralidade
- (D) publicidade
- (E) impessoalidade

12. (VUNESP - 2025)

Coaduna-se com uma conduta ética na Administração Pública:

- (A) manifestar apreço na repartição pública.
- (B) cumprir as ordens superiores, sejam manifestamente legais ou ilegais.
- (C) proceder de forma desidiosa.
- (D) acusar fé a documentos públicos.
- (E) utilizar pessoal ou recursos materiais de repartição em serviços ou atividades particulares.

13. (VUNESP - 2025)

Configura-se como uma situação ética na Administração Pública:

- (A) participar de gerência de empresa que mantenha transação com o município no qual é servidor público.
- (B) valer-se da condição funcional para lograr proveito para outrem.
- (C) promover ou subscrever lista de donativos.
- (D) fazer advocacia administrativa.

LEGISLAÇÃO I

1. (VUNESP - 2024)

O conceito de funcionário público varia conforme o contexto de sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, funcionário público, para os fins desse Estatuto, é

- (A) quem, mesmo transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- (B) a pessoa que seja titular de cargo público estruturado em carreiras, provido mediante concurso público de provas ou provas e títulos.
- (C) a pessoa legalmente investida em cargo público.
- (D) quem exerce cargo em entidade paraestatal.
- (E) quem exerce cargo em empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

2. (VUNESP - 2025)

João, servidor público do Estado de São Paulo, é um atleta de destaque em sua modalidade esportiva. Ele recebeu um convite para participar de duas competições importantes: (1) os Jogos Sul-Americanos, que acontecerão na Colômbia, onde representará o Brasil, conforme requisição formal da Confederação Brasileira de sua modalidade; e (2) o torneio interestadual, em Minas Gerais, no qual a equipe do clube esportivo que irá representar, baseada em São Paulo, irá competir com chances reais de pódio. O clube esportivo fez a solicitação de seu afastamento para o segundo caso. Supondo que João buscou a devida autorização junto à autoridade competente, é correto afirmar, com base no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Lei no 10.261/1968), que o afastamento de João para participar

- (A) de ambas as competições será com prejuízo do vencimento ou remuneração, por se tratar de atividades esportivas não relacionadas diretamente às atribuições do cargo, independentemente de autorização da autoridade competente.
- (B) dos Jogos Sul-Americanos será com prejuízo do vencimento ou remuneração, pois se trata de uma competição internacional.

(C) dos Jogos Sul-Americanos será sem prejuízo do vencimento ou remuneração, e o torneio interestadual de clubes será com prejuízo do vencimento ou remuneração, sempre mediante autorização do governador.

(D) dos Jogos Sul-Americanos será sem prejuízo do vencimento ou remuneração, e o torneio interestadual de clubes será igualmente sem prejuízo, em virtude da relevância esportiva.

(E) de ambas as competições será sem prejuízo do vencimento ou remuneração, desde que haja a devida autorização do governador.

3. (VUNESP - 2025)

Jeremias, funcionário estável de uma instituição pública civil do Estado de São Paulo, será reintegrado ao serviço público após ser absolvido em decisão judicial transitada em julgado. Ao pedir orientação a um analista de suporte de regulação sobre reintegração, ele foi **corretamente** informado de que

- (A) será reintegrado ao serviço público, por meio de decreto, considerado o prazo máximo de 30 (trinta) dias após a sentença transitada em julgado.
- (B) será reintegrado em outro cargo de vencimentos equivalentes, respeitada a habilitação, mesmo que o cargo anterior não tenha sido extinto.
- (C) poderá pedir sua transferência para um outro cargo de mesmo padrão de vencimento ou com remuneração inferior, que requeira os mesmos requisitos do cargo anterior.
- (D) a sua reintegração ao serviço garante o direito de ressarcimento de prejuízos resultantes do afastamento, que deve ser paga no prazo de 20 (vinte) dias.
- (E) o funcionário ocupante da vaga será aproveitado em outro cargo ou reconduzido ao cargo de origem, sendo indenizado pelo referido período trabalhado.

4. (VUNESP - 2024)

Roberto almeja ingressar nos quadros da Administração Pública paulista, mas tem receios quanto à sua conformidade em relação às exigências legais para tanto, uma vez que não é brasileiro nato, mas sim

naturalizado há apenas 1 (um) ano; tem apenas 19 (dezenove) anos; nunca estudou para concursos públicos; justificou o não comparecimento e voto na última eleição municipal; e já foi condenado no passado por crime ambiental (artigo 65 da Lei nº 9.605/98, crime de pichação), estando ainda em curso o cumprimento da pena restritiva de direitos que lhe foi imposta.

Considerando as preocupações de Roberto e o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo, pode-se afirmar que é requisito para a posse em cargo público e poderá representar um obstáculo à sua pretensão de tornar-se um funcionário público estadual:

- (A) ser brasileiro nato.
- (B) ter sido aprovado em concurso público.
- (C) ter completado 21 (vinte e um) anos de idade.
- (D) ter votado nas últimas 2 (duas) eleições.
- (E) ter boa conduta.

5. (VUNESP - 2023)

Considere que João foi aprovado em concurso público destinado ao provimento de cargo efetivo. Após a apresentação dos documentos inicialmente solicitados pelo setor de recursos humanos do órgão público que irá integrar, foi-lhe informado que precisará passar por uma perícia médica, supostamente necessária para atestar a sua boa saúde. Dentre os documentos que entregou, contudo, consta atestado emitido pela Secretaria de Segurança Pública, no qual é informado que João é indiciado em inquérito policial pela possível prática de contravenção penal de "jogo de azar".

Com base no cenário exposto e no disposto na Lei nº 10.261/68, é correto afirmar que

- (A) caso o laudo constate deficiência de capacidade física, comprovadamente estacionária, esta não constituirá impedimento para a posse no cargo público, desde que não impeça o desempenho normal das funções que lhe são inerentes.
- (B) o fato de ser indiciado por prática de contravenção o impede, conforme expressamente previsto em Lei, de ser considerado como dotado de "boa conduta" e conseqüentemente tomar posse no cargo.
- (C) o atestado de boa saúde é necessário para avaliar possível concessão de benefício previdenciário futuro, mas não pode ser imposto como condição para provimento do cargo.
- (D) a perícia médica realizada por órgão médico oficial do Estado pode ser substituída por Atestado de Saúde Ocupacional, expedido por médico registrado no Conselho Regional correspondente.

(E) João não poderá tomar posse no cargo, pois a legislação impõe que o servidor público apresente certidão negativa cível e criminal.

6. (VUNESP - 2025)

José, empregado público da Arsesp, precisa dirimir uma dúvida de Fabiano sobre evolução funcional. Entre as informações fornecidas por José, é **correto** afirmar que

- (A) para a promoção na carreira serão realizadas, semestralmente, avaliações de desempenho, tanto de caráter objetivo como subjetivo.
- (B) para a progressão, a liderança, a gestão de equipes e as tomadas de decisão são fatores considerados entre as atribuições do empregado, quando em função de gerência.
- (C) é necessário que seja cumprido, na mesma função, o intervalo mínimo de 3 (três) anos de efetivo exercício para a progressão na carreira.
- (D) a participação no processo de promoção depende de inscrição do candidato, como também de indicação de seu superior imediato.
- (E) a promoção considera a passagem do empregado público permanente de um grau para o imediatamente superior, dentro da respectiva classe.

7. (VUNESP - 2024)

Sobre a Administração Pública e os servidores públicos do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

- (A) o prazo de validade do concurso público é de até três anos, podendo ser prorrogado por igual período.
- (B) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros.
- (C) os adicionais por tempo de serviço e as sextas-partes são incorporados aos vencimentos, desde que os servidores não sejam remunerados por subsídios.
- (D) os cargos de provimento efetivo destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (E) o direito à livre associação sindical é garantido ao servidor público civil e militar.

8. (VUNESP - 2025)

Como regra, a acumulação de cargos no setor público, seja nas esferas federal, estadual e municipal, é vedada. No entanto, as normas costumam trazer um rol taxativo, admitindo algumas exceções.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

1. (VUNESP - 2026)

Observe as seguintes disposições da Lei Federal nº 4.320/1964:

Art. 4º A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar, observado o disposto no artigo 2º.

(...)

Art. 6º Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções. Os artigos citados refletem, respectivamente, os seguintes princípios orçamentários:

- (A) Universalidade e Totalidade.
- (B) Discriminação e Orçamento Bruto.
- (C) Especificidade e Equilíbrio Orçamentário.
- (D) Universalidade e Orçamento Bruto.
- (E) Discriminação e Economicidade.

2. (VUNESP - 2024)

Historicamente, a ideia de dívida fundada deriva da ideia de dívidas constituídas pelo Estado e garantidas por uma fonte permanente de ingressos públicos, normalmente direcionadas ao pagamento dos serviços da dívida por intermédio das históricas “Caixas de Amortização”. Atualmente, a utilização da vinculação de receitas públicas, em especial receitas de impostos, a fundos públicos específicos é algo não recomendado pela literatura especializada em finanças públicas e se reflete no princípio orçamentário conhecido por

- (A) não afetação.
- (B) anualidade.
- (C) totalidade.
- (D) realismo orçamentário.
- (E) unidade.

3. (VUNESP - 2023)

Em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa que corresponde de forma fiel à descrição do princípio orçamentário.

- (A) Orçamento bruto: determina que os valores devem ser apresentados sem duplicidades.
- (B) Não afetação das receitas: veda a vinculação de arrecadação à determinada atividade econômica.

(C) Exclusividade: estabelece que os valores do orçamento representam autorizações financeiras.

(D) Unidade: impõe a cada ente federado a apresentação de orçamento individualizado.

(E) Universalidade: condiciona os fundos, as movimentações de valores e a tributação ao exercício.

4. (VUNESP - 2023)

A abertura de modalidade de crédito adicional destinado ao reforço de dotação orçamentária já existente no orçamento é uma das ressalvas ao princípio orçamentário

- (A) do orçamento bruto.
- (B) da unidade ou totalidade.
- (C) da universalidade.
- (D) da não-vinculação.
- (E) da exclusividade.

5. (VUNESP - 2022)

O princípio orçamentário que estabelece que no orçamento devem constar todas as receitas e todas as despesas do Estado é o princípio do(a)

- (A) anualidade.
- (B) especialização.
- (C) exclusividade.
- (D) orçamento bruto.
- (E) universalidade.

6. (VUNESP - 2025)

Em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a inscrição em dívida ativa deverá ser realizada por meio de um dos dois procedimentos a seguir, conforme o nível de controle desejado pelo ente:

- (A) Procedimento de registro 1: Utiliza contas de controle para acompanhar todo o processo de inscrição do crédito em dívida ativa, desde o inadimplemento até a efetiva inscrição. Requer uma maior integração entre as diversas etapas e unidades envolvidas.

(B) Procedimento de registro 2: Haverá registro contábil apenas no momento da efetiva inscrição dos valores em dívida ativa, dispensando o uso de contas de controle. Esse procedimento deve ser utilizado quando houver dificuldade de integração entre as diversas unidades participantes do processo.

Considerando o procedimento de registro 1, assinale a alternativa que corresponda ao registro do crédito vendido a ser encaminhado para inscrição em dívida ativa no órgão ou entidade de origem do crédito.

(A) D-8.3.2.4.x.xx.xx Créditos Inscritos em Dívida Ativa Recebidos C-7.3.2.x.x.xx.xx Controle da Inscrição de Créditos em Dívida Ativa

(B) C-8.3.1.3.x.xx.xx Créditos a Inscrever em Dívida Ativa

D-7.3.2.x.x.xx.xx Controle do Encaminhamento de Créditos para Inscrição em Dívida Ativa

(A) D-1.1.2.x.x.xx.xx Créditos a Curto Prazo

C-3.5.1.2.2.xx.xx Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária

(A) D-3.5.1.4.4.xx.xx Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária C-1.1.4.x.x.xx.xx Créditos a Curto Prazo

(B) D-7.3.1.x.x.xx.xx Controle do Encaminhamento de Créditos para Inscrição em Dívida Ativa C-8.3.1.1.x.xx.xx Créditos a Encaminhar para a Dívida Ativa

7. (VUNESP - 2025)

Expressamente incluídas nas despesas correntes do orçamento da União, do Estado, do Município ou do Distrito Federal, a cobertura dos déficits de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não, far-se-á mediante

(A) complementos orçamentários.

(B) investimentos.

(C) subvenções sociais.

(D) inversões financeiras.

(E) subvenções econômicas.

8. (VUNESP - 2025)

Quando a operação não representa aumento de capital, a despesa orçamentária com a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, é classificada quanto ao grupo de natureza da despesa como

(A) inversões financeiras.

(B) investimentos temporários.

(C) outras despesas correntes.

(D) investimentos permanentes.

(E) outras despesas de capital.

9. (VUNESP - 2025)

Para responder a questão, analise as informações a seguir, relativas à execução orçamentária de um ente público, em reais (R\$), no último trimestre do ano de 2024:

Recebimento de impostos: 985.000,00.

Despesa com locação de imóveis: 436.000,00.

Aquisição de veículos: 408.000,00.

Recebimento de multas e juros sobre impostos atrasados: 170.000,00.

Recebimento de cota-parte do IPVA e do ICMS: 782.000,00.

Aquisição de terreno: 612.000,00.

Amortização de dívida de longo prazo: 410.000,00.

Pagamento de juros e encargos da dívida de longo prazo: 105.000,00. Recebimento de aluguéis: 238.000,00.

Alienação de imóveis: 510.000,00.

Recebimento de caução relativa a processo licitatório: 102.000,00.

Consumo de material de almoxarifado: 804.000,00.

FINANÇAS PÚBLICAS

1. (VUNESP - 2025)

De acordo com a lei federal que estabelece regras e princípios para gestão financeira e orçamentária pública, os créditos adicionais são classificados em

- (A) suplementares, iniciais e complementares.
- (B) iniciais, complementares e extraordinários.
- (C) orçamentários, extraorçamentários e complementares.
- (D) especiais, emergenciais e extraordinários.
- (E) suplementares, especiais e extraordinários.

2. (VUNESP - 2024)

Os créditos adicionais suplementares

- (A) são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- (B) são destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- (C) têm vigência apenas no exercício financeiro em que foram abertos.
- (D) são autorizados e abertos por meio de lei.
- (E) independem da existência de recursos disponíveis para abertura.

3. (VUNESP - 2024)

Nos termos da Lei Geral do Orçamento, as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas são definidas como créditos adicionais. A respeito dos referidos créditos, é correto afirmar que

- (A) os que sejam destinados a cobrir despesas urgentes e imprevistas, como em caso de calamidade pública, são classificados como especiais.
- (B) os que sejam destinados ao reforço de dotação orçamentária são classificados como extraordinários e são abertos por decreto do Poder Executivo.
- (C) os extraordinários serão abertos pelo Poder Legislativo que deles dará imediato conhecimento ao Poder Executivo.

(D) a abertura dos créditos classificados como suplementares independe da existência de recursos disponíveis e de exposição justificativa, tendo em vista sua prévia autorização na própria peça orçamentária.

(E) terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo disposição legal em contrário quando se tratar dos créditos especiais e extraordinários.

4. (VUNESP - 2024)

Conforme previsto no art. 43 da Lei no 4.320/64, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior constitui fonte

- (A) de evidenciação de cumprimento de meta fiscal.
- (B) de pagamento de despesas anteriores.
- (C) de pagamento de restos a pagar processados.
- (D) para abertura de crédito adicional.
- (E) para inscrição em restos a pagar.

5. (VUNESP - 2022)

Suponha que uma Universidade precisa prover cargos de professor de um novo curso e não dispõe de dotação específica para fazer frente a esse novo custo.

Para viabilizar a execução da despesa, de acordo com a Lei no 4.320/64, a entidade precisará de crédito

- (A) suplementar.
- (B) ordinário.
- (C) especial.
- (D) extraordinário.
- (E) de custeio.

6. (VUNESP - 2021)

Em relação aos créditos adicionais, dispõe a Lei nº 4.320/64:

- (A) os créditos suplementares e especiais serão abertos por decreto executivo, dispensada a autorização do legislativo.
- (B) os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro imediatamente seguinte aos que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos suplementares e extraordinários.

(C) a abertura dos créditos extraordinários depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(D) o ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

(E) entende-se por superávit financeiro o saldo positivo das diferenças acumuladas trimestralmente entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício seguinte.

7. (VUNESP - 2022)

Os Tribunais de Contas estão abrangidos em que esfera de poder, para os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal?

- (A) Poder Judiciário.
- (B) Poder Executivo.
- (C) Ministério Público.
- (D) Em sua própria esfera.
- (E) Poder Legislativo.

8. (VUNESP - 2022)

A Lei que fixa limites para despesas com pessoal, para dívida pública e determina que sejam criadas metas para controlar receitas e despesas é a Lei

- (A) de Diretrizes Orçamentárias.
- (B) de Responsabilidade Tributária.
- (C) do Orçamento Anual.
- (D) de Responsabilidade Administrativa.
- (E) de Responsabilidade Fiscal.

9. (VUNESP - 2021)

Entende-se, por Receita Líquida Corrente, o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidas, além de outras deduções estabelecidas em lei

- (A) na União, os valores das parcelas entregues aos estados e municípios que não excedem aos limites constitucionais.
- (B) na União, até o limite das despesas correntes.
- (C) nos estados, até o limite das despesas de capital.
- (D) nos estados, as parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional.
- (E) na União e nos estados, as parcelas das transferências correntes até o limite constitucional.

10. (VUNESP - 2026)

Um cidadão interessado em saber qual a meta de resultado nominal legalmente fixada para o ano vigente no seu município poderá obter essa informação no

- (A) quadro de metas fiscais da lei orçamentária anual.
- (B) anexo de metas de resultados da lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) anexo de metas de resultados do plano plurianual.
- (D) balanço orçamentário constante das demonstrações financeiras.
- (E) anexo de metas fiscais da lei de diretrizes orçamentárias.

11. (VUNESP - 2023)

O documento que contém as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes é o:

- (A) anexo de metas atuariais do plano plurianual.
- (B) anexo de metas fiscais do projeto de lei de diretrizes orçamentária.
- (C) anexo de riscos fiscais da lei de diretrizes orçamentária.
- (D) orçamento da seguridade social da lei orçamentária.
- (E) orçamento de investimentos do projeto de lei orçamentária.

12. (VUNESP - 2023)

Dispor sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos é matéria que compete à Lei

- (A) do Plano Plurianual.
- (B) de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) do Orçamento Anual.
- (D) de Responsabilidade Fiscal.
- (E) Geral do Orçamento.

13. (VUNESP - 2022)

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que o Poder Executivo deve demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais em audiência pública, até o final dos meses de

- (A) março, junho, setembro e dezembro.
- (B) maio, setembro e fevereiro.
- (C) abril, agosto e dezembro.

CONTABILIDADE GERAL

1. (VUNESP - 2025)

De acordo com a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o conceito financeiro de capital é adotado pela maioria das entidades na elaboração de suas demonstrações contábeis. Sob o conceito financeiro de capital, tal como caixa investido ou poder de compra investido, capital é sinônimo de

- (A) ativos líquidos ou patrimônio líquido da entidade.
- (B) capacidade produtiva da entidade.
- (C) bens de venda e de renda da entidade.
- (D) direitos de antecipação da entidade.
- (E) investimentos brutos ou capital investido líquido.

2. (VUNESP - 2024)

Considerando a estrutura conceitual da contabilidade, que é tratada pelas normas contábeis como estrutura conceitual para relatório financeiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Relatórios financeiros para fins gerais destinam-se a representar o valor da entidade que reporta, e fornecem informações para auxiliar a administração de uma entidade na gestão contábil, financeira e operacional.
- (B) Relatórios financeiros representam fenômenos econômicos em palavras e números. Para serem úteis, informações financeiras não devem apenas representar fenômenos relevantes, mas também representar de forma fidedigna a essência dos fenômenos que pretendem representar.
- (C) Compreensibilidade é a característica quantitativa que permite aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens. Diferentemente das outras características qualitativas, a comparabilidade não se refere a um único item. A comparação exige, no mínimo, dois itens.
- (D) O recurso é uma restrição generalizada sobre as informações que podem ser fornecidas pelo relatório financeiro.
- (E) As demonstrações contábeis são elaboradas para um período de tempo específico sempre em 31 de dezembro de cada ano, e fornecem informações sobre: ativos e passivos e receitas e despesas.

3. (VUNESP - 2024)

Em conformidade com a estrutura conceitual básica da contabilidade, no que tange às características qualitativas, se informações financeiras devem ser úteis, elas devem ser relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem comparáveis,

- (A) verificáveis, tempestivas e compreensíveis.
- (B) escrituradas nos moldes da legislação vigente e auditáveis.
- (C) relevantes e fidedignas.
- (D) auditáveis e fidedignas.
- (E) relevantes, consistentes e auditáveis.

4. (VUNESP - 2023)

Considerando a Estrutura Conceitual para Elaboração da Informação Contábil, assinale a alternativa **correta**.

- (A) As características qualitativas fundamentais são competência e materialidade.
- (B) Comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas de melhoria.
- (C) Fidedignidade é a característica qualitativa que permite aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens.

- (D) O custo é uma restrição única sobre as informações que podem ser fornecidas pelo relatório econômico contábil.
- (E) A entidade que reporta as demonstrações contábeis é a entidade que tem a prerrogativa de elaborá-las.

5. (VUNESP - 2023)

Assinale a alternativa correta conforme a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade.

- (A) Usuários primários corporativos têm necessidades e desejos de informações iguais e, por isso, pouco conflitantes; desta maneira, são plenamente atendidos pelos relatórios financeiros de propósito geral.
- (B) Os relatórios financeiros para fins gerais se destinam a apresentar o valor da entidade que reporta.
- (C) O regime de competência reflete os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre reinvidicações e recursos da entidade que reporta nos períodos em que esses eventos ocorrem.
- (D) Fisco, investidores, credores por empréstimo e governos são os principais usuários aos quais se destinam os relatórios financeiros para fins gerais.
- (E) A administração da entidade precisa se basear em relatórios financeiros para fins gerais, pois ela não pode obter internamente as informações financeiras que precisa.

6. (VUNESP - 2023)

Considerando a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Financeiro, assinale a alternativa que contenha um exemplo de benefício econômico futuro, produzido por um recurso, que é controlado pela Entidade como resultado de evento passado.

- (A) Estoques de terceiros em poder da empresa.
- (B) Propriedade para investimento.
- (C) Desconto de duplicadas.
- (D) Depreciação.
- (E) Juros a incorrer.

7. (VUNESP - 2022)

O primeiro critério para o passivo é que a entidade tenha

- (A) uma obrigação a pagar.
- (B) um recurso.
- (C) uma despesa.
- (D) um sócio.
- (E) uma receita.

8. (VUNESP - 2024)

O plano de contas, com todas as suas contas sintéticas e analíticas, deve conter, no mínimo, _ níveis e é parte integrante da escrituração contábil da entidade, devendo seguir a estrutura patrimonial prevista em Lei. Na transmissão para o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) do plano de contas, juntamente com os livros Diário e Auxiliares, e documentos da escrituração contábil digital da entidade, devem constar apenas as contas que tenham saldo ou que tiveram movimento no período. Assinale a alternativa cuja palavra completa corretamente o texto.

- (A) quatro
- (B) cinco
- (C) seis
- (D) sete
- (E) oito

CONTABILIDADE GERENCIAL

1. (VUNESP - 2025)

Entender os modelos patrimonialista, burocrático e gerencial da administração pública é fundamental para aprimorar a eficiência e eficácia do serviço público. Entre as características do modelo gerencial, é correto afirmar que

- (A) se preocupa com a mitigação de cargos e benefícios, assim como uma participação dos agentes públicos na tomada de decisões.
- (B) evidencia a verticalização das estruturas e a descentralização de funções para um melhor atendimento do interesse público.
- (C) enfatiza a racionalidade, a padronização e previsibilidade dos procedimentos voltados ao poder do Estado.
- (D) busca uma abordagem mais flexível e orientada para resultados, o que contribui para uma gestão transparente e eficaz.
- (E) vincula as ações administrativas a normas e regulamentos detalhados, buscando evitar decisões arbitrárias.

2. (VUNESP - 2023)

A implementação de ideias-força do paradigma pós-burocrático na administração pública municipal afeta tanto a finalidade das ações governamentais de uma prefeitura como o modo pelo qual os controles são exercidos no ambiente organizacional do setor público local. Considerado um município que acabou de realizar um processo de reforma administrativa balizado pelos princípios pós-burocráticos, cuja ênfase foi o **incremento da eficiência do gasto público**, assinale a alternativa condizente com esse foco na gestão pública.

- (A) Os programas governamentais devem ser geridos por objetivos estratégicos e avaliados basicamente por mecanismos de controle procedimental.
- (B) A análise contábil-financeira da prestação de contas deve ser o instrumento por excelência para alcançar a eficiência do gasto público.
- (C) Os serviços públicos devem ser guiados pela gestão por resultados, com mecanismos de controle que valorizem a vertente da auditoria de *performance*.

(D) A gestão por processos deve nortear a administração pública municipal, fortalecendo a lógica do controle de conformidade em detrimento dos resultados da ação governamental.

(E) A ética e responsabilidade da gestão empresarial devem ser adotadas na produção de serviços públicos, aplicando ferramentas gerenciais que prescindam da função de controle.

3. (VUNESP - 2023)

A nova gestão pública é uma filosofia de gestão que se caracteriza por

- (A) focar a constituição de equipes de alta performance, a administração por objetivos e a valorização da qualidade.
- (B) valorizar pessoas e equipes, investindo na criação de KPIs estabelecidos pelo coletivo das equipes.
- (C) automatizar processos rotineiros de trabalho, vinculando cidadãos (clientes) com as atividades e processos internos.
- (D) valorizar pessoas e equipes, enfocando na qualificação de pessoal para atuarem em processos de trabalho redesenhados a partir da tecnologia de informação.
- (E) utilizar práticas e ferramentas de gestão do setor privado, com o intento de ganhos em eficiência, redução de custos e melhorias na prestação do serviço público.

4. (VUNESP - 2020)

Uma das ações precursoras para o desenvolvimento da administração gerencial no Brasil foi

- (A) a criação do DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público, em 1936.
- (B) o estabelecimento da Assembleia Nacional Constituinte de 1934.
- (C) a criação da CLT, em 1943.
- (D) o Programa Nacional de Desburocratização, de 1979.
- (E) a promulgação da Emenda no 1, de 1969.

5. (VUNESP - 2020)

O modelo de administração pública baseado em regras e normas é denominado como modelo burocrático. Após diversas experiências em diferentes países e como reação a esse modelo, foram propostas novas linhas de ação pública. Por resultado disso, a gestão pública contemporânea busca orientar-se, dentre outros elementos, por

- (A) rigor no cumprimento da lei e na defesa do estado de direito.
- (B) maior controle interno para potencializar a dinâmica produtiva.
- (C) inserção de grupos de interesse nos processos decisórios.
- (D) maior foco em resultados e nos ganhos para usuários.
- (E) aumento do aparato estatal com diversificação de ações.

6. (VUNESP - 2025)

Um sistema de informação gerencial em recursos humanos, diferentemente de sistemas de apoio às operações, caracteriza-se por proporcionar

- (A) colaboração entre equipes e grupos de trabalho.
- (B) processamento de procedimentos e transações.
- (C) controle de processos operacionais.
- (D) relatórios padronizados para ocupantes de posições de comando.
- (E) incentivo à motivação e desempenho funcionais.

7. (VUNESP - 2025)

O sistema de informação gerencial (SIG) é um sistema planejado para obter, processar, organizar, armazenar e disseminar informação. A inserção de dados e o acesso às informações geradas pelo SIG, em uma determinada organização, são efetuados pelos

- (A) órgãos governamentais, sindicato patronal e sindicato dos funcionários.
- (B) gerentes de linha, órgão de gestão de pessoas e funcionários.
- (C) clientes, fornecedores e prestadores de serviços.
- (D) órgãos governamentais, gerentes de linha e órgão de gestão de pessoas.
- (E) órgãos governamentais, clientes e fornecedores.

8. (VUNESP - 2024)

Dos seguintes conceitos apresentados, aquele mais crítico para garantir a integridade dos dados em um sistema de Gestão da Informação é o

- (A) de análise preditiva.
- (B) da virtualização de dados.
- (C) da mineração de dados.
- (D) da gestão de conteúdo empresarial.
- (E) do controle de acesso baseado em função.

9. (VUNESP - 2024)

Os Sistemas de Informação Gerencial (SIGs) fornecem informações através de relatórios para o processo de tomada de decisões.

Quando um analista de recursos humanos recebe regularmente um relatório que contém informações apenas sobre os funcionários que ficaram na organização após o expediente, dizemos que o tipo de relatório recebido foi o de:

- (A) informes e respostas por solicitação.
- (B) exceção.
- (C) pilhas.
- (D) requerimento.
- (E) indisponibilidade.

10. (VUNESP - 2023)

Um sistema de informação gerencial caracteriza-se por

- (A) possuir elementos periféricos trazendo a vantagem de coletar e processar dados atuais, históricos ou projetados de forma eficiente.
- (B) sustentar e organizar sistemas para a gestão de processos e de áreas distintas da organização, administrativas, comerciais e operacionais.
- (C) basear-se no cumprimento dos quesitos federais quanto à legislação trabalhista e previdenciária, para a administração de pessoal comercial e operacional.
- (D) requerer suporte intensivo das empresas parceiras e fornecedoras de plataformas de SIG nas épocas críticas de balanço e nas promocionais.
- (E) ter seu histórico de desenvolvimento feito com linguagem DOS, depois superado por sistemas da plataforma Microsoft e inovações da linguagem Python.

11. (VUNESP - 2023)

Um Sistema de Informações Gerenciais (SIG) designa uma categoria específica de sistemas de informação, planejado para obter, processar, organizar, armazenar e disseminar informação, ajudando nas tomadas de decisões eficazes pelos gerentes de linha envolvidos.

As informações do SIG podem ser inseridas e atualizadas somente

LEGISLAÇÃO II

1. (VUNESP - 2023)

A Lei nº 4.320/1964 estabelece as normas gerais para elaboração e controle dos orçamentos dos entes federativos. Assinale a alternativa que está em consonância com as disposições da referida lei.

(A) A Lei do Orçamento consignará os auxílios para investimentos que se devam incorporar ao patrimônio das empresas privadas de fins lucrativos, cabendo ao Poder Executivo o controle externo da execução orçamentária desses auxílios com o objetivo de verificar o cumprimento do estipulado na lei.

(B) Na elaboração da Lei do Orçamento, se o Poder Legislativo não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas, as respectivas Casas Legislativas deverão elaborá-la e colocá-la em votação até o dia 1o de dezembro de cada ano.

(C) As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que tenham sido processadas na época própria, bem como os Restos a Pagar sem prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos anteriormente ao encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem prioritária.

(D) As entidades autárquicas ou paraestatais, inclusive de previdência social ou investidas de delegação para arrecadação de contribuições para-fiscais da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal terão seus orçamentos aprovados por decreto do Poder Executivo, salvo se disposição legal expressa determinar que o sejam pelo Poder Legislativo.

(E) São Receitas Correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas ou da conversão, em espécie, de bens e direitos ou os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.

2. (VUNESP - 2022)

Assinale a alternativa correta no que tange aos Restos a Pagar.

(A) Os empenhos que sorvem a conta de créditos com vigência plurienal, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no ano seguinte ao término de vigência do crédito.

(B) Os Restos a Pagar, incluídos os serviços da dívida, estão compreendidos na dívida flutuante.

(C) No Balanço Financeiro, os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

(D) É vedado ao titular de Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e seus respectivos órgãos, no último trimestre do seu mandato, contrair obrigação de despesa que resulte em Restos a Pagar.

(E) Restos a Pagar são despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

3. (VUNESP - 2023)

Assinale a alternativa que apresenta os elementos do trabalho de asseguuração.

(A) Materialidade e relatório.

(B) Evidências e relevância.

(C) Evidências e objeto.

(D) Critérios e relevância.

(E) Critérios e materialidade.

4. (VUNESP - 2026)

Entende-se por investidura, na forma da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021), a

(A) alienação, ao legítimo possuidor direto ou, na falta dele, ao poder público, de imóvel para fins residenciais construído em núcleo urbano anexo a usina hidrelétrica, desde que considerado indispensável na fase de operação da usina e que integre a categoria de bens reversíveis ao final da concessão.

(B) concessão de título de propriedade a pessoa natural que, nos termos de lei, regulamento ou ato normativo do órgão competente, haja implementado os requisitos mínimos de cultura, de ocupação mansa e pacífica e de exploração direta sobre área rural.

(C) alienação gratuita de bens imóveis comerciais de âmbito local, com área de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e destinados a programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgão ou entidade da Administração Pública.

(D) alienação gratuita a pessoa física que comprove detenção anterior a 1º de dezembro de 2004, uso residencial e hipossuficiência econômica ou vulnerabilidade social.

(E) alienação, ao proprietário de imóvel lindeiro, de área remanescente ou resultante de obra pública que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço que não seja inferior ao da avaliação nem superior a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo permitido para dispensa de licitação de bens e serviços.

5. (VUNESP - 2025)

Segundo Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, é denominado:

- (A) anteprojeto.
- (B) projeto conceitual.
- (C) projeto básico.
- (D) termo de referência.
- (E) projeto executivo.

6. (VUNESP - 2024)

Acerca das modalidades de licitação, assinale a alternativa **correta** de acordo com o disposto na Lei nº 14.133/2021.

(A) Concorrência é a modalidade de licitação para contratação de bens e serviços comuns.

(B) O leilão é uma modalidade de licitação para alienação de bens móveis ou de bens imóveis inservíveis.

(C) A modalidade pregão é obrigatória para aquisição de bens e serviços especiais de engenharia.

(D) A modalidade concurso destina-se à escolha de trabalho técnico, científico ou artístico e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.

(E) O diálogo competitivo é a modalidade de licitação obrigatória para contratação de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.

7. (VUNESP - 2024)

Uma prefeitura brasileira terá que contratar serviços de elaboração de projetos para a construção de uma unidade de saúde no município. A Lei Federal nº 14.133/21, que trata do tema, obriga que os prazos desse contrato sejam definidos já na etapa de elaboração do

- (A) Estudo Técnico Preliminar.
- (B) Termo de Referência.
- (C) Projeto Básico.
- (D) Cronograma Físico-Financeiro.

8. (VUNESP - 2022)

A contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas é denominada de

- (A) empreitada integral.
- (B) contratação integrada.
- (C) contratação por tarefa.
- (D) empreitada por preço unitário.
- (E) contratação semi-integrada.

9. (VUNESP - 2021)

O pregão é modalidade de licitação aplicável à aquisição de

- (A) serviços de engenharia e obras de estabelecimentos prisionais financiados com recursos do Fundo Nacional Penitenciário.
- (B) serviços de publicidade e propaganda institucional.
- (C) bens e serviços de valor superior a cento e cinquenta milhões de reais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (VUNESP - 2021)

Uma organização é um sistema composto de elementos ou componentes interdependentes, que podem ter cada um seus próprios objetivos. Essa definição decorrente do enfoque sistêmico implica, pelo menos, dois sistemas ou subsistemas. Assinale a alternativa que apresenta um recurso ou componente físico ou abstrato do subsistema técnico.

- (A) Cultura.
- (B) Tecnologia.
- (C) Clima.
- (D) Atitude.
- (E) Motivação.

2. (VUNESP - 2026)

No âmbito da gestão fiscal responsável, a Receita Corrente Líquida (RCL) representa um dos principais parâmetros utilizados para o cálculo de limites legais relativos à despesa com pessoal, endividamento e concessão de garantias, sendo essencial para o equilíbrio fiscal do ente público.

Considerando seu conceito legal e sua forma de apuração, assinale a alternativa correta.

- (A) É a soma das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, de transferências correntes e de outras receitas também correntes, deduzidos, conforme o ente federativo, determinados valores previstos em lei, sendo apurada com base nos últimos doze meses, excluídas as duplicidades.
- (B) Corresponde exclusivamente à soma das receitas tributárias e das contribuições sociais arrecadadas no exercício financeiro, deduzidas apenas as restituições tributárias, sendo apurada com base nos últimos vinte e quatro meses, excluídas as duplicidades.
- (C) Representa o total das receitas correntes arrecadadas no exercício financeiro, excluídas exclusivamente as receitas de capital e as operações de crédito, apuradas no exercício corrente e previstas.

(D) É composta exclusivamente pelas receitas correntes arrecadadas no exercício, sem qualquer tipo de dedução, incluindo receitas de capital e operações de crédito.

(E) Corresponde à média das receitas correntes dos últimos cinco exercícios, deduzidas as despesas de capital e as aplicações financeiras realizadas pelo ente público.

3. (VUNESP - 2025)

A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) define como

- (A) empresa controlada: aquela que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral.
- (B) ente da Federação: os Estados e o Distrito Federal.
- (C) receita corrente líquida: somatório das receitas de operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos e transferências de capital.
- (D) dívida pública mobiliária: montante total das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito.
- (E) empresa controlada: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.

4. (VUNESP - 2021)

Entende-se, por Receita Líquida Corrente, o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidas, além de outras deduções estabelecidas em lei

- (A) na União, os valores das parcelas entregues aos estados e municípios que não excedem aos limites constitucionais.
- (B) na União, até o limite das despesas correntes.
- (C) nos estados, até o limite das despesas de capital.

(D) nos estados, as parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional.

(E) na União e nos estados, as parcelas das transferências correntes até o limite constitucional.

5. (VUNESP - 2020)

A Lei Complementar Federal no 101/2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, tem, como premissa, a ação planejada e transparente na gestão fiscal, ou seja, busca-se corrigir possíveis desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas. Nesse sentido, a LRF pressupõe o seguinte:

(A) cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas, assim como a obediência a limites e condições na obtenção de receitas e geração de despesas.

(B) equilíbrio nas contas públicas e, se possível, superávit primário nas receitas de tal forma a ampliar a capacidade de investimento governamental.

(C) planejamento e controle permanentes de tal forma a que os resultados alcançados estejam de acordo com os investimentos realizados, ainda que gerem algum déficit orçamentário.

(D) gestão responsável e transparente, com o cumprimento, na medida do possível, das metas e objetivos governamentais, respeitando-se as particularidades regionais.

(E) a cada despesa deve ter uma receita, ou seja, aceitam-se gastos públicos acima do previsto desde que tal erro seja corrigido o mais breve possível.

6. (VUNESP - 2026)

Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação, cabendo ao Poder executivo de cada ente colocar à disposição dos demais Poderes

(A) os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, sendo a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo permitida sempre que houver indício de erro ou omissão de ordem técnica ou legal ou de inexequibilidade.

(B) e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, sendo a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo admitida somente se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

(C) e do Ministério Público, no mínimo sessenta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para os dois exercícios subsequentes, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, sendo a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo admitida somente se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

(D) os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, no mínimo sessenta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, sendo a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo permitida sempre que houver indício de erro ou omissão de ordem técnica ou legal ou de inexequibilidade.

(E) e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para os dois exercícios subsequentes, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, sendo a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo permitida sempre que houver indício de erro ou omissão de ordem técnica ou legal ou de inexequibilidade.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. (VUNESP - 2024)

No federalismo fiscal brasileiro, dos 50% que a União transfere do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e sobre produtos industrializados (IPI), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) recebe

- (A) 25,5%
- (B) 17%
- (C) 22,5%
- (D) 21,5%
- (E) 23%

2. (VUNESP - 2020)

Sobre as transferências obrigatórias como instrumentos de implementação de políticas públicas municipais no Brasil, pode-se asseverar que

- (A) o Fundo de Participação dos Municípios é uma transferência obrigatória incondicional.
- (B) o Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma transferência obrigatória constitucional.
- (C) o Sistema de Convênios (Siconv) é a ferramenta para a execução das transferências obrigatórias.
- (D) o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar é uma transferência obrigatória constitucional.
- (E) para equilibrar a distribuição da receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) entre os municípios, o governo federal transfere 25% da receita de ICMS para a gestão pública municipal.

3. (VUNESP - 2023)

Assinale a alternativa que define **corretamente** o tributo e suas espécies.

(A) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, instituída por lei ou ato administrativo, que atenda ao princípio da anterioridade, podendo ser classificada como imposto ou taxa, dependendo da destinação do produto de sua arrecadação.

(B) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

(C) Tributo é toda obrigação do cidadão para com os entes federativos, em moeda ou serviços, podendo ser classificada como imposto, taxa, tarifa, pedágio ou penalidade pecuniária.

(D) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, podendo decorrer de ato lícito ou ilícito, classificada como imposto, taxa ou contribuição social.

(E) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, instituída em lei e cobrada sobre manifestação de riqueza do contribuinte.

4. (VUNESP - 2023)

Leia o trecho a seguir.

“No início do século seguinte, em 1215, na Inglaterra, os barões e os religiosos impuseram a Magna Carta para conter o arbítrio do rei, estabelecendo a separação de poderes. Quanto à imposição de tributos, consentiram que fossem cobrados três tributos tradicionalmente admitidos (visando ao resgate do rei e por força da investidura do primeiro filho como cavaleiro e do matrimônio da primeira filha), mas estabeleceram que a cobrança de qualquer outro fosse previamente autorizada por um concílio, incluindo o *scutage*, montante cobrado pela não prestação do serviço militar.”

(PAULSEN, Leandro. *Curso de direito tributário completo*. São Paulo: SaraivaJur, 2022

Assinale a alternativa que relaciona corretamente o trecho a uma ideia fundamental do Direito Tributário.

(A) O trecho trata da importância da Magna Carta para a história do Direito Tributário, ao estabelecer a desnecessidade de autorização prévia para cobrança de tributos, conferindo agilidade e flexibilidade à gestão do Estado moderno.

(B) O trecho evidencia uma ideia fundamental do Direito Tributário, que é a exigência de prévia autorização para a criação de tributos pelos governantes, estabelecendo limites à interferência na propriedade privada.

(C) O trecho aborda a imposição de tributos tradicionais na Inglaterra, evidenciando a importância histórica do Direito Tributário como instrumento de arrecadação para o Estado e de coesão social.

(D) O trecho evidencia o papel do concílio como instituição responsável por autorizar a cobrança de tributos adicionais, demonstrando como a legislação tributária sempre foi fruto de um processo democrático.

(E) O trecho mostra como a história do Direito Tributário é marcada por conflitos de poder, em que a Magna Carta representou uma importante conquista do rei contra o arbítrio dos barões e religiosos na imposição de tributos.

5. (VUNESP - 2023)

Pode-se dizer que a principal relevância jurídica para a precisa determinação do conceito de tributo e para a sua distinção em relação a outras formas de receitas estatais consiste

(A) na correta classificação contábil das receitas no momento da elaboração das propostas orçamentárias a serem encaminhadas ao Poder Legislativo.

(B) na fixação correta do sujeito passivo da cobrança, que, no caso dos tributos, será chamado de contribuinte e, no caso de outras receitas não tributárias, será chamado de devedor.

(C) na possibilidade de que os tributos sejam pagos mediante dação em pagamento de bens móveis e imóveis, faculdade esta não extensível às receitas de caráter não tributário.

(D) no estabelecimento de prazo prescricional diferenciado para a cobrança de tributos, definido no código tributário nacional, como de 5 anos contados da ocorrência do fato gerador.

(E) na sujeição ou não da ação do Estado às limitações constitucionais ao poder de tributar, entre elas os princípios da anterioridade, do não confisco e da legalidade.

6. (VUNESP - 2025)

Quanto à função, os tributos podem ser classificados em fiscais, extrafiscais e parafiscais. No tributo fiscal, o Estado arrecada valores para o bem geral da coletividade. Tributos extrafiscais têm por objetivo a interferência no domínio econômico. Tributos parafiscais são tributos vinculados à satisfação de situações que não são características do Estado.

É exemplo de tributo parafiscal:

(A) empréstimo compulsório.

(B) imposto sobre serviços.

(C) taxa.

(D) imposto de renda.

(E) contribuições sociais.

7. (VUNESP - 2023)

“Trata-se da instituição do tributo em favor de entes diversos do Estado, arrecadados por eles próprios e tem por escopo a arrecadação de recursos para o custeio de atividade que, em princípio, não integra funções próprias do Estado, sendo desenvolvidas por intermédio de entidades específicas.”

Esse conceito refere-se:

(A) fiscalidade.

(B) extrafiscalidade.

(C) isonomia.

(D) legalidade.

(E) parafiscalidade.

8. (VUNESP - 2024)

Para o exercício financeiro de 2024, o Município Alfa destinou integralmente o produto da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU à construção de habitações para a população de baixa renda. Na hipótese, a natureza do tributo em questão é

(A) determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação.

(B) determinada pela destinação legal do produto de sua arrecadação e qualificada pelas demais características formais adotadas pela lei orçamentária.

(C) qualificada pela modalidade de lançamento a qual se sujeita.

(D) qualificada pela destinação legal do produto de sua arrecadação.

(E) qualificada pela sua denominação e demais características formais adotadas na lei orçamentária.

DIREITO FINANCEIRO

1. (VUNESP - 2023)

O orçamento _____ (i) _____ contempla, além das informações financeiras sobre receitas e despesas, os _____ (ii) _____, pela identificação dos projetos, objetivos, planos e metas. Este é o modelo adotado pelo Brasil no art. 165 da Constituição Federal, na Lei nº 4.320/1964 e na Lei nº 101/2000.

(ABRAHAM, Marcus. *Curso de direito financeiro brasileiro*. São Paulo: Forense, 2021. Adaptada)

Completam adequadamente o trecho dado as expressões apresentadas na alternativa:

- (A) (i) por desempenho; (ii) indicadores de desempenho das políticas públicas
- (B) (i) por resultados; (ii) indicadores de desempenho das políticas públicas
- (C) (i) programa; (ii) programas de ação do Estado
- (D) (i) clássico; (ii) objetos de ação do Estado
- (E) (i) base-zero; (ii) critérios de continuidade das políticas públicas

2. (VUNESP - 2025)

Segundo o Manual de Contabilidade Pública, os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público e são válidos para todos os poderes e entes federativos e foram disciplinados constitucionalmente. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta o princípio que tem como fundamento a divulgação do orçamento público de forma ampla à sociedade; bem como a publicação de relatórios sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal, inclusive disponibilizando informações sobre a arrecadação da receita e a execução da despesa para qualquer pessoa.

- (A) Publicidade.
- (B) Equidade.
- (C) Universalidade.
- (D) Transparência.
- (E) Responsabilidade (*Accountability*).

3. (VUNESP - 2022)

Uma das mais relevantes diretrizes para a organização das finanças públicas consiste em assegurar que o orçamento público contenha a previsão de todas as receitas e despesas do Estado, não existindo os chamados “orçamentos paralelos”, por meio dos quais recursos desconhecidos de toda a sociedade poderiam ser destinados conforme a discricionariedade de seus gestores, fora do escrutínio do restante da sociedade. Pode-se afirmar que o princípio orçamentário diretamente relacionado à diretriz citada é o princípio

- (A) do orçamento secreto.
- (B) do orçamento bruto.
- (C) da anualidade.
- (D) da universalidade.
- (E) da exclusividade.

4. (VUNESP - 2022)

No passado, a gestão das finanças públicas era dificultada pela existência de múltiplos caixas públicos e múltiplos orçamentos, impedindo uma visão global das receitas e despesas do ente público. Para a correção deste problema, a legislação financeira brasileira passou a incorporar o princípio orçamentário do(a)

- (A) unidade.
- (B) anualidade.
- (C) exclusividade.
- (D) cauda orçamentária.
- (E) equilíbrio.

5. (VUNESP - 2021)

Considere o princípio orçamentário, previsto no art. 2º da Lei nº 4.320/64, que determina a existência de orçamento único para União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fito de evitar diversos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política, determinando que todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa. Trata-se do princípio da

- (A) Universidade.
- (B) Periodicidade.
- (C) Exclusividade.

- (D) Competência.
- (E) Unidade.

6. (VUNESP - 2020)

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de um determinado município, constou um artigo permitindo a abertura de crédito suplementar até determinado valor. Tal caso constitui uma exceção ao princípio orçamentário da

- (A) legalidade.
- (B) continuidade.
- (C) unidade.
- (D) exclusividade.
- (E) anualidade.

7. (VUNESP - 2023)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

- (A) traça regras exclusivamente para as despesas do poder Executivo.
- (B) estabelece as regras para a elaboração da Lei Orçamentária Anual do mesmo ano.
- (C) veta o aumento de despesas com pessoal.
- (D) indica prioridades de financiamento pelos bancos privados.
- (E) determina o nível de equilíbrio geral entre receitas e despesas.

8. (VUNESP - 2024)

É correto afirmar, com base no que estabelece a Constituição Federal acerca dos orçamentos, que

- (A) a lei do plano plurianual compreende as metas e prioridades da administração pública federal, estabelece as diretrizes da política fiscal e as respectivas metas em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (B) em respeito ao princípio da especialidade, a lei orçamentária anual não pode conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa e nem previsões orçamentárias para os exercícios seguintes, autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito por antecipação de receita.

(C) a administração pública tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade, dever esse que não se aplica às despesas primárias discricionárias, mas que deve ser observado nos casos de impedimentos de ordem técnica justificados ou não.

(D) cabe a lei ordinária federal estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como as condições para a instituição e funcionamento de fundos, e dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização das leis orçamentárias.

(E) o anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento, integrará a lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os dois exercícios subsequentes.

9. (VUNESP - 2023)

O produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação, constitui, segundo a Lei no 4.320/64:

- (A) Fundo Especial.
- (B) Fundo Público.
- (C) Objeto do terceiro setor.
- (D) Outra receita interrelacionada.
- (E) Transferência voluntária.

10. (VUNESP - 2020)

Com relação ao Ciclo Orçamentário do governo federal, quais são os poderes envolvidos e os respectivos papéis?

- (A) Legislativo: planejamento e gestão; Judiciário: julgamento e regulamentação.
- (B) Executivo: formulação e implementação; Judiciário: análise e regulamentação.
- (C) Executivo: elaboração e execução; Legislativo: aprovação e controle.
- (D) Executivo: planejamento e gestão; Legislativo: normatização e acompanhamento.
- (E) Legislativo: elaboração e execução; Executivo: aprovação e controle.

AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE PROJETOS E ATIVOS

1. (VUNESP - 2026)

Analise os eventos a seguir, relativos ao último exercício financeiro de uma entidade pública:

- Aprovação da lei orçamentária anual, com previsão de receita e fixação de despesa no valor de R\$ 756.000,00.
- Ingresso de depósitos de terceiros referentes à caução: R\$ 54.000,00.
- Recebimento de doação (equipamentos) para uso nas atividades cotidianas: R\$ 216.000,00.
- Operação de crédito realizada, após aprovação do legislativo, para pagamento em 120 meses, no valor de R\$ 432.000,00.
- Compra de motoniveladora, com recebimento imediato do bem, com pagamento à vista de 40% e o restante inscrito em restos a pagar, no valor de R\$ 378.000,00.
- Pagamento de folha de pessoal civil e encargos: R\$ 108.000,00.

Considerando exclusivamente as informações apresentadas e a estrutura da demonstração dos fluxos de caixa, é correto afirmar que, no período, houve uma geração líquida de caixa e equivalentes de caixa igual a R\$

- (A) 172.800,00.
- (B) 486.000,00.
- (C) 270.000,00.
- (D) 378.000,00.
- (E) 226.800,00.

2. (VUNESP - 2026)

Um ente público apresentou os seguintes dados, retirados da sua Demonstração do Fluxo de Caixa relativa a 31.12.2025:

Transação	Valor (em R\$)
Alienação de bens	10.800.000,00
Aquisição de ativos não circulantes	7.800.000,00
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	16.000.000,00
Operações de crédito	2.000.000,00
Outros desembolsos de financiamentos	360.000,00

Pagamento de pessoal e demais despesas	44.580.780,00
Receita de contribuições	5.000.000,00
Receita patrimonial	1.230.000,00
Transferências concedidas	1.290.000,00
Transferências recebidas	47.230.560,00

Considerando essas informações, é correto afirmar que o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais totalizou, em R\$:

- (A) 28.229.780,00.
- (B) 23.589.780,00.
- (C) 18.949.780,00.
- (D) 10.800.000,00.
- (E) 1.640.000,00.

3. (VUNESP - 2025)

Considere os dados a seguir para responder à questão.

Observe as informações retiradas da Demonstração de Fluxo de Caixa hipotética de um ente público estadual em 31.12.2023:

Transação	Valor (em milhares de R\$)
Aquisição de ativo imobilizado	250.000
Caixa e equivalentes de caixa inicial	1.235.360
Ingressos por meio de operações de crédito	100.000
Pagamento da dívida	0
Pagamento de pessoal e demais despesas	145.990
Recebimento de receita de contribuições	745.250
Recebimento de receita de serviços	123.880

Recebimento de receita patrimonial	444.700
Recebimento de receita tributária	980.000
Recebimento por alienação de bens	200.000
Transferências concedidas	45.600

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais do ente, em R\$, foi igual a:

- (A) 1. 191.590
- (B) 1.235.360
- (C) 2.102.240
- (D) 2.293.830
- (E) 2.302.240

4. (VUNESP - 2025)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e de utilizar recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, na elaboração da DFC, um item que compõe os fluxos de caixa das atividades de investimento é:

- (A) amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.
- (B) outras receitas orçamentárias derivadas e originárias.
- (C) remuneração das disponibilidades.
- (D) integralização do capital social de empresas dependentes.
- (E) transferências concedidas.

5. (VUNESP - 2025)

Determinada entidade pública apresentou as seguintes informações em sua Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício de 2024:

- Recebimentos de caixa pela venda de produtos agropecuários R\$ 680.000,00
- Desembolso pela aquisição de ativo não circulante R\$ 748.000,00
- Desembolso para pagamento de transferências concedidas R\$ 450.000,00
- Recebimento de numerário pela alienação de bens R\$ 125.000,00
- Desembolso para pagamento de pessoal e demais despesas R\$ 697.000,00

• Desembolso para amortização da dívida R\$ 286.000,00

• Recebimento de caixa proveniente de transferências R\$ 530.000,00

• Recebimento de caixa relativo à remuneração de disponibilidades R\$ 102.000,00

De acordo com o *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*, o fluxo de caixa líquido gerado pela atividade operacional no período, em R\$, foi de

- (A) 165.000,00.
- (B) 615.000,00.
- (C) 513.000,00.
- (D) 329.000,00.
- (E) 63.000,00.

6. (VUNESP - 2024)

Leia o texto a seguir.

O _____ consolidado do setor público proporciona uma indicação da proporção com que o governo vem financiando suas atividades correntes por meio da tributação e outras cobranças.

Adicionalmente, também auxilia ao demonstrar a condição da entidade de manter sua capacidade operacional, amortizar empréstimos, pagar dividendos ou distribuições similares e fazer novos investimentos sem recorrer a fontes externas de financiamento.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto.

- (A) montante dos fluxos de caixa de investimento
- (B) montante das receitas correntes
- (C) montante dos fluxos de caixa de financiamento
- (D) montante da arrecadação orçamentária
- (E) montante dos fluxos de caixa operacionais

MATEMÁTICA

FINANCEIRA

1. (VUNESP - 2026)

Em um recipiente, foram misturados 80 mL de medicamento com 300 mL de soro fisiológico.

Qual a quantidade de medicamento que deve ser acrescentada nesse recipiente, para que a razão entre a quantidade de medicamento e a quantidade de soro fisiológico seja igual a $\frac{2}{5}$?

- (A) 40 mL
- (B) 60 mL
- (C) 80 mL
- (D) 100 mL
- (E) 120 mL

2. (VUNESP - 2025)

Uma transportadora tem dois carregamentos de sacos de areia para entregar. O primeiro carregamento, com 10 sacos do tipo A e 5 sacos do tipo B; e o segundo carregamento, com 17 sacos do tipo A, apenas. Cada saco do tipo A tem 25 kg de massa.

Sabendo que as massas totais dos dois carregamentos são iguais, então cada saco do tipo B possui massa de

- (A) 38 kg.
- (B) 35 kg.
- (C) 32 kg.
- (D) 30 kg.
- (E) 28 kg.

3. (VUNESP - 2025)

Em uma caixa havia gizes brancos e gizes coloridos, de modo que a razão do número de gizes coloridos para o número de gizes brancos era $\frac{2}{5}$. Após a retirada de 4 gizes coloridos e de nenhum giz branco, a razão citada passou a ser $\frac{1}{3}$. O número total de gizes que permaneceram na caixa, após a retirada dos 4 gizes coloridos, foi

- (A) 84.
- (B) 80.
- (C) 76.
- (D) 72.
- (E) 70.

4. (VUNESP - 2025)

O edifício mais alto do mundo é o Burj Khalifa, que se encontra em Dubai e possui uma altura de 828 m.



(<https://www.guinnessworldrecords.com.br>. Acesso em 15.09.2025)

Um quebra-cabeça 3D representando esse edifício, após montagem, ficará com uma altura de 82,8 cm. Qual é a escala utilizada nesse quebra-cabeça?

- (A) 1:10000
- (B) 1:100000
- (C) 1:1000
- (D) 1:100
- (E) 1:10

5. (VUNESP - 2024)

Uma pessoa possui uma coleção com 1360 selos, alguns deles com carimbo e outros sem carimbo. Sabendo que a razão do número de selos sem carimbo para o número de selos com carimbo é $\frac{5}{12}$ o número de selos com carimbo é

- (A) 400.
- (B) 585.
- (C) 770.
- (D) 960.
- (E) 1 145.

6. (VUNESP - 2022)

Três amigos, Carlos, Jonas e Matias fizeram juntos uma aplicação financeira, que após um ano teve um rendimento de R\$ 850,00. Esse rendimento foi dividido de maneira diretamente proporcional ao valor que cada um deles colocou na aplicação. Sabendo que Carlos, Jonas e Matias colocaram, respectivamente, R\$ 800,00, R\$ 1.200,00 e R\$ 1.400,00, o valor recebido por Matias superou o valor recebido por Jonas em

- (A) R\$ 150,00.
- (B) R\$ 125,00.
- (C) R\$ 100,00.
- (D) R\$ 75,00.
- (E) R\$ 50,00.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

1. (VUNESP - 2026)

O plano plurianual (PPA) de um prefeito contém os programas prioritários para os seus quatro anos de mandato. Entre esses programas, há um que representa a maior promessa de campanha do prefeito e que, inclusive, vem sendo avaliado concomitantemente à implementação quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia. Dada essa característica, o órgão de controle vem utilizando como instrumento de fiscalização

- (A) o monitoramento.
- (B) o acompanhamento.
- (C) a inspeção.
- (D) a avaliação.
- (E) o levantamento.

2. (VUNESP - 2024)

Sobre os controles interno e externo dos entes municipais brasileiros, é **correto** afirmar que

- (A) é vedada a criação de órgãos de controle municipais, desde a Constituição de 1988.
- (B) o controle externo do Poder Executivo municipal fica a cargo dos Tribunais de Contas estaduais ou municipais (onde houver), os quais têm as Câmaras Municipais como órgãos auxiliares.
- (C) os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário municipais mantêm, de forma integrada, sistema de controle externo.
- (D) as contas dos Municípios ficam ao longo do ano à disposição das entidades da sociedade civil para que elas possam examiná-las e apreciá-las, cabendo-lhes questionar a legitimidade das contas mediante requisição que conte com a adesão de um por cento dos munícipes.
- (E) o parecer prévio emitido por órgão competente sobre as contas anualmente prestadas pelo Prefeito deixa de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

3. (VUNESP - 2024)

Com relação ao controle da Administração exercido pelo Tribunal de Contas, é correto afirmar que

- (A) a função desempenhada pelo Tribunal de Contas é técnica, administrativa e política.
- (B) a fiscalização se restringe ao controle financeiro da Administração Pública direta e indireta.
- (C) o controle pode tanger a: legalidade, legitimidade, economicidade e aplicação de subvenções e renúncias de receitas.
- (D) o Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo e, apesar de possuir autonomia nas suas decisões, integra e estrutura organizacional deste Poder.
- (E) a fiscalização não se restringe ao controle financeiro, mas inclui a fiscalização contábil e orçamentária da Administração Pública direta e apenas a fiscalização contábil da Administração Pública indireta.

4. (VUNESP - 2023)

O controle administrativo visa garantir que a administração atue conforme as normas e princípios que lhe são impostos. Com relação ao controle interno, pode-se afirmar que

- (A) decorre da validação, anulação ou convalidação do ato controlado.
- (B) ocorre no âmbito da própria administração ou órgão do mesmo poder.
- (C) intercorre quando um Poder exerce a revisão dos atos administrativos de outro Poder.
- (D) é realizado com fundamento no juízo de conveniência e oportunidade.
- (E) verifica se o ato administrativo foi praticado em conformidade com o ordenamento jurídico.

5. (VUNESP - 2023)

Assinale a alternativa que traz a correta definição de “ambiente de controle”, como componente dos controles internos de uma organização.

(A) Refere-se ao tom estabelecido pela administração em relação à importância do controle interno dentro da organização. Ele inclui fatores como a cultura organizacional, o comprometimento da administração com o controle interno e a integridade e ética dos funcionários.

(B) Envolve a identificação e análise dos riscos que podem afetar o cumprimento dos objetivos da organização. Isso permite que a administração desenvolva medidas de controle apropriadas para lidar com esses riscos.

(C) São as políticas e procedimentos que a administração implementa para reduzir os riscos identificados na avaliação de risco. Isso inclui medidas como controles preventivos, detecção de erros e fraudes, segregação de funções e monitoramento.

(D) Envolve a coleta, processamento e disseminação de informações relevantes para a tomada de decisões. Também inclui a comunicação eficaz com as partes interessadas relevantes sobre questões de controle interno.

(E) Refere-se à supervisão contínua do sistema de controle interno pela administração. Isso envolve avaliações periódicas para garantir que os controles internos estejam funcionando conforme o planejado e que as mudanças no ambiente externo ou interno sejam devidamente refletidas nos controles internos.

6. (VUNESP - 2025)

Conforme a norma internacional ISSAI no 100, é correto afirmar sobre os princípios gerais de auditoria do setor público que

(A) os auditores devem manter comportamento apropriado, adotando posição de presunção de confiança na honestidade e correção dos administradores.

(B) o auditor deve evitar o uso do trabalho de auditores internos, de outros auditores ou de especialistas, de modo a não comprometer a sua independência.

(C) os auditores devem manter-se independentes, de modo que seus relatórios sejam imparciais, sem atenção ao modo como sejam vistos pelos usuários previstos.

(D) a materialidade não é relevante nas auditorias do setor público, pois todas as questões neste tipo de autoria podem influenciar as decisões dos usuários previstos.

(E) ceticismo profissional significa manter a mente aberta e receptiva a todos os pontos de vista e argumentos.

7. (VUNESP - 2025)

“O(A) _____ deve ser suficientemente detalhado(a) para permitir a um auditor experiente, sem nenhum conhecimento prévio da auditoria, entender a natureza, a época, o escopo e os resultados dos procedimentos executados, a evidência de auditoria obtida para fundamentar as conclusões e recomendações da auditoria, o raciocínio por trás de todas as questões relevantes que exigiram o exercício de julgamento profissional e as respectivas conclusões.”

Assinale a alternativa em que a expressão preenche corretamente a lacuna do trecho.

- (A) procedimento de inspeção
- (B) documentação da auditoria
- (C) teste de hipóteses
- (D) objeto da auditoria
- (E) revisão analítica

8. (VUNESP - 2025)

Pode-se dizer que a principal finalidade das chamadas matrizes de achados e matrizes de responsabilização no contexto das auditorias governamentais é:

(A) servir como ferramenta para a elaboração do plano anual de auditoria, priorizando as áreas de maior risco identificadas durante o trabalho de campo.

(B) eximir a equipe de auditoria da responsabilidade pela fundamentação de seus achados, transferindo para os gestores a tarefa de comprovar a inexistência de irregularidades.

(C) permitir a quantificação monetária de todos os achados de auditoria, mesmo aqueles de natureza não financeira, para subsidiar a recuperação de valores indevidamente gastos.

(D) organizar e apresentar de forma clara e estruturada os achados da auditoria, relacionando-os às evidências coletadas e identificando os responsáveis pelas irregularidades ou deficiências encontradas.

(E) facilitar a comunicação dos resultados da auditoria aos órgãos de controle interno da entidade auditada, garantindo a confidencialidade das informações.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

1. (VUNESP - 2022)

Assinale a alternativa que relaciona corretamente uma das dimensões do orçamento público à sua explicação.

- (A) Dimensão jurídica: o orçamento público como mecanismo de planejamento e execução da política fiscal nacional, com impactos sobre os níveis de demanda agregada, permitindo inferir seus impactos sobre renda, emprego, taxa de juros e de câmbio.
- (B) Dimensão política: o orçamento público como instrumento de controle das receitas e gastos públicos, mediante registro preciso do planejamento e sua posterior execução, de forma a assegurar a geração de informações úteis e tempestivas aos diversos usuários da peça orçamentária.
- (C) Dimensão contábil: o orçamento público como instrumento normativo dotado de força de lei, resultante de processo legislativo formal sujeito a controle jurisdicional.
- (D) Dimensão econômica: o orçamento público como arena para debate acerca das prioridades para a ação estatal e limites ao exercício do poder tributário do Estado, formando-se os consensos e as maiorias necessários à legitimidade do gasto público e arrecadação das receitas.
- (E) Dimensão administrativa: o orçamento público como processo de planejamento por meio do qual se estabelecem os indicadores, metas, programas, ações, atividades e projetos necessários à solução de problemas coletivos e atendimento de necessidades públicas.

2. (VUNESP - 2023)

O orçamento público é um instrumento que possui diversas naturezas, em especial, as naturezas financeira e política. Em virtude delas, a literatura sobre o tema divide conceitualmente o orçamento em orçamento tradicional e orçamento moderno.

Dessa forma, é **correto** afirmar que a função principal do conceito de orçamento tradicional é:

- (A) ser instrumento de administração.
- (B) mensurar o desempenho do poder executivo.
- (C) controle da inflação.

- (D) garantir a responsabilidade fiscal.
- (E) controle político.

3. (VUNESP - 2025)

Sobre a evolução do orçamento público ao longo dos séculos e a conexão desta evolução com a própria evolução do Estado, é **correto** afirmar:

- (A) o orçamento clássico, conforme ideia desenvolvida nos séculos **XVII** e **XVIII**, tinha como foco central o planejamento da ação estatal, privilegiando o atingimento da eficiência.
- (B) o orçamento público, com o surgimento do chamado Estado Social, nas primeiras décadas do século **XX**, passa a priorizar a sua dimensão de controle político sobre o poder de tributação e gasto.
- (C) o orçamento público contemporâneo, corolário do Estado Social e Democrático de Direito, enfatiza a legitimidade das receitas e despesas, sob a perspectiva de atingimento dos objetivos constitucionais, sem descuidar da legalidade e da eficiência.
- (D) o orçamento clássico, conforme ideia desenvolvida nos séculos **XVII** e **XVIII**, tinha como foco central o planejamento da ação estatal, privilegiando o atingimento da legitimidade.
- (E) o orçamento público, com o surgimento do chamado Estado Social e Democrático de Direito, nas primeiras décadas do século **XX**, passa a priorizar a sua dimensão de controle político sobre o poder de tributação e gasto.

4. (VUNESP - 2026)

As receitas e despesas devem constar da lei de orçamento pelos seus totais, sendo proibidas quaisquer deduções. Essa vedação reflete o princípio orçamentário

- (A) da Não afetação.
- (B) da Totalidade.
- (C) do Orçamento Bruto.
- (D) da Uniformidade.
- (E) da Economicidade.

5. (VUNESP - 2026)

No âmbito da contabilidade aplicada ao setor público, os registros e as demonstrações devem respeitar aos princípios orçamentários e aspectos patrimoniais e financeiros, a fim de assegurar adequada transparência, controle e evidência da gestão pública.

Considerando esses princípios, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da universalidade determina que somente as despesas obrigatórias devam constar na Lei Orçamentária Anual.
- (B) O princípio da anualidade estabelece que o orçamento público terá vigência plurianual, compatível com o prazo do Plano Plurianual (PPA).
- (C) O princípio do orçamento bruto exige que todas as receitas e despesas constem na Lei Orçamentária Anual (LOA) em seus valores totais, vedadas quaisquer deduções.
- (D) O aspecto patrimonial limita-se ao registro das receitas arrecadadas em dinheiro, sem considerar ativos e passivos não financeiros.
- (E) O princípio da exclusividade permite que a Lei Orçamentária contenha dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa, desde que relacionados à política fiscal.

6. (VUNESP - 2026)

Os princípios orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras para conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Sobre esses princípios, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da publicidade, fundamentado na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), obriga o governo a disponibilizar para qualquer pessoa informações detalhadas sobre a arrecadação da receita e a execução da despesa.
- (B) Pelo princípio do orçamento bruto, as receitas e despesas devem constar na Lei Orçamentária Anual (LOA) pelos seus valores totais, sendo permitidas deduções apenas quando houver previsão expressa em lei complementar.
- (C) O princípio da exclusividade, previsto na Constituição Federal, estabelece que a Lei Orçamentária Anual (LOA) não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvadas as autorizações para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.

(D) O princípio da anualidade ou periodicidade determina que o exercício financeiro deve durar doze meses, podendo o seu início ocorrer em qualquer data do ano civil, conforme conveniência administrativa.

(E) O princípio da não vinculação (não afetação) veda a vinculação de toda e qualquer receita pública a órgão, fundo ou despesa, incluindo-se as receitas provenientes de taxas e contribuições de melhoria.

7. (VUNESP - 2026)

O Município de Tremembé deverá elaborar a lei orçamentária anual para o ano de 2027. Deve existir apenas um orçamento para dado exercício financeiro e para determinado ente público, contendo todas as receitas e despesas. Essas características refletem o princípio

- (A) da exclusividade orçamentária.
- (B) do orçamento bruto.
- (C) da unidade.
- (D) da especificação.
- (E) da publicidade.

8. (VUNESP - 2024)

Na determinação da Lei nº 4.320/1964, de que a Lei do Orçamento deverá discriminar a despesa, no mínimo, por elementos, há aplicação do princípio orçamentário

- (A) do orçamento impositivo.
- (B) da unidade.
- (C) da pureza.
- (D) da programação.
- (E) da especificidade.

9. (VUNESP - 2024)

Consagrado no artigo 2º da Lei Federal no 4.320/64, esse princípio estabelece que a Lei do Orçamento deve ser elaborada compreendendo todas as receitas e despesas orçamentárias de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. Trata-se do princípio

- (A) da anualidade.
- (B) da universalidade.
- (C) da unidade.
- (D) da programação.
- (E) do orçamento bruto.